

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 079/11

PROCESSO N.º 427-06.2011.5.15.0895 PA – PREGÃO ELETRÔNICO

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguara, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, daqui em diante designado meramente TRT, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.773.524/0001-03, neste ato representado por seu Diretor-Geral de Coordenação Administrativa, Evandro Luiz Michelon, portador da Carteira de Identidade RG n.º 19.948.491-0 e do CPF/MF 107.974.688-97, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por delegação de competência, pela Portaria GP 06/2008, artigo 1º, inciso XXVII, publicada no DOE - Poder Judiciário - de 11/02/2008, em conformidade com o resultado do Processo n.º 427-06.2011.5.15.0895 PA – Pregão Eletrônico - SRP, resolve, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei n.º 10.520/02 e do Decreto n.º 3.931/2001, **REGISTRAR OS PREÇOS** para a contratação da empresa doravante designada **PRESTADOR DE SERVIÇOS**, em conformidade com o edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem.

PRESTADOR DE SERVIÇOS

EAP Engenharia Ltda. - EPP, com sede na Rua Vinte e Quatro de Maio, 563, Vila Industrial, Campinas/SP, CEP 13035-370, inscrita no CNPJ n.º 07.550.869/0001-59, fone: (19) 3272-8836 e fax: (19) 3272-8847; e-mail: eapengenharia@yahoo.com.br, neste ato representada pelo Sr. Francisco de Quadros, portador da Carteira de Identidade n.º 16.567.968-SSP/SP e do CPF n.º 068.894.388-84 e pelo Sr. Angelo Palermo de Camargo, portador da Carteira de Identidade n.º 8.081.876- SSP/SP e do CPF n.º 966.534.428-53.

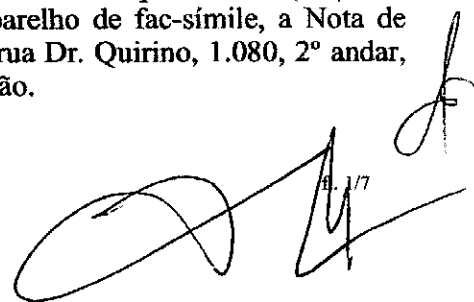
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual prestação dos serviços de desentupimento e correlatos, nas instalações hidráulicas dos Edifícios-Sede Administrativo e Judiciário, Fórum Trabalhista de Campinas e Anexos, incluindo o fornecimento e troca dos materiais, tais como rejunte, cimento, vedantes e outros que se fizerem necessários nessa linha, conforme descrição, preço e demais especificações constantes do Anexo a este instrumento - Preço Registrado e **PRESTADOR DE SERVIÇOS**.

Parágrafo Único - A existência de preços registrados não obriga o TRT a executar o serviço, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao beneficiário do registro a preferência de prestação de serviços em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

2.1. Sempre que julgar necessário, o TRT solicitará, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, a prestação do serviço registrado, na quantidade que for preciso, mediante Nota de Empenho.

2.1.1. A Nota de Empenho será enviada por meio eletrônico ou fac-símile ao **PRESTADOR DE SERVIÇOS**, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o **PRESTADOR DE SERVIÇOS** não possua e-mail ou aparelho de fac-símile, a Nota de Empenho deverá ser retirada no Serviço de Compras, situado na rua Dr. Quirino, 1.080, 2º andar, Centro, Campinas-SP, no prazo de 1 (um) dia a partir da convocação.



2.1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT.

2.1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular do PRESTADOR DE SERVIÇOS perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – PGFN/RFB) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CEF), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

2.2. O PRESTADOR DE SERVIÇOS obrigará-se a executar os serviços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

2.3. O PRESTADOR DE SERVIÇOS obrigará-se a oferecer garantia dos serviços pelo prazo de, no mínimo, 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

2.4. O PRESTADOR DE SERVIÇOS deverá realizar vistoria antes da realização dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

3.1. Não poderá ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, nem mesmo durante a vigência da garantia dos serviços, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, desde que previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.

3.2. Responsabilizar-se-á pela qualidade do serviço executado.

3.3. Não contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes de ocupantes de cargo de direção e assessoramento, de membros, juízes ou desembargadores vinculados ao TRT, conforme disposto no item 12.6 do edital.

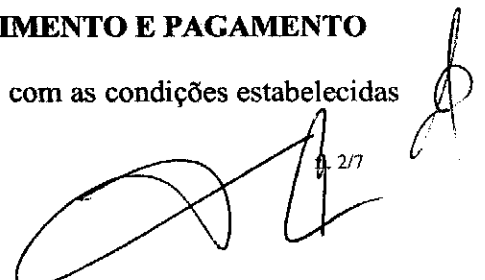
3.4. Nomear um preposto para representá-lo durante o período de vigência desta Ata.

3.5. Comunicar quaisquer alterações havidas em seu contrato social, bem como manter, devidamente válidas e atualizadas as certidões de regularidade.

CLÁUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS - O PRESTADOR DE SERVIÇOS será responsabilizado civil e administrativamente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos produtos adquiridos.

CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

5.1. Os serviços, devidamente executados em conformidade com as condições estabelecidas



neste instrumento, serão recebidos provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização no ato da prestação dos serviços, de acordo com todas as especificações constantes deste edital, acompanhados das respectivas notas(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura(s), quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea “a” da Lei n.º 8.666/93.

5.2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da prestação de serviços, acompanhados da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura(s), cuja conferência e atestação serão feitas pelos Serviços Gerais do TRT.

5.2.1. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, não podendo o PRESTADOR DE SERVIÇOS, em nenhuma hipótese, interromper os demais serviços eventualmente pendentes, sendo que durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do PRESTADOR DE SERVIÇOS, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro..

5.3. O pagamento será efetuado pelo Serviço de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos serviços, conforme dispõe o artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS no processo licitatório, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

5.4. No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente do PRESTADOR DE SERVIÇOS, refere-se aos trâmites interbancários.

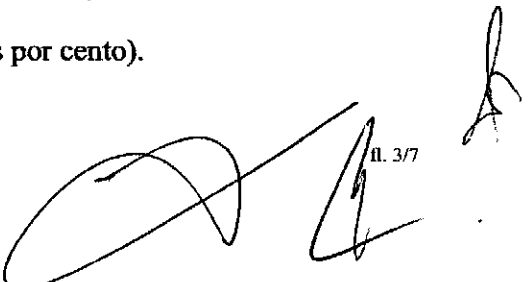
CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMTO

6.1. O PRESTADOR DE SERVIÇOS que, injustificadamente, não apresentar documentação exigida para o certame, apresentar declaração falsa, não assinar a Ata de Registro de Preços, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajustado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta ata e das demais cominações legais.

6.2. Salvo a existência de motivo expressamente justificado e aceito, a inexecução total ou parcial do ajustado ensejará sua rescisão pela Administração, pelos motivos, na forma e com as consequências previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88 do mesmo instituto legal.

6.3. O atraso injustificado nos prazos estabelecidos nesta ata implicará as seguintes multas ao PRESTADOR DE SERVIÇOS, calculadas sobre o valor do respectivo lote, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- do 1º ao 3º dia de atraso: multa única de 5% (cinco por cento);
- do 4º ao 7º dia de atraso: multa diária de 1% (um por cento);
- a partir do 8º dia de atraso: multa diária de 2% (dois por cento).

 Il. 3/7

6.3.1. Os dias de atraso serão contados a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia dos prazos estabelecidos nesta Ata.

6.3.2. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

6.4. A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula não impede que o TRT rescinda unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002.

6.5. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao PRESTADOR DE SERVIÇOS o contraditório e a prévia defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO - Constituem motivos para a rescisão deste ajuste as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízos das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA - O prazo de vigência da presente Ata é de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - A prestação de serviços será acompanhado e fiscalizado pelo Diretor dos Serviços Gerais do TRT, designado gestor da presente ata.

CLÁUSULA DEZ: DAS OBRIGAÇÕES DO TRT- O TRT se compromete a dar plena e fiel execução à presente Ata, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar o pagamento no prazo estabelecido neste instrumento.

CLÁUSULA ONZE: DO PREÇO - O preço do serviço executado é o constante no anexo a esta Ata.

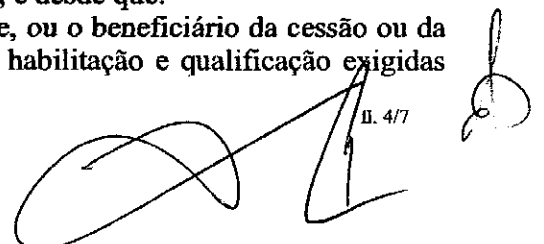
Parágrafo Único - Já estão incluídas no valor constante no *caput* desta cláusula todas as despesas de transporte, embalagens, impostos, contribuições, seguros, e quaisquer outros encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes desta Ata.

CLÁUSULA DOZE: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS - As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por rescisão do ajuste por culpa do PRESTADOR DE SERVIÇOS, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

Parágrafo Único - Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do PRESTADOR DE SERVIÇOS. Inexistindo crédito em favor do PRESTADOR DE SERVIÇOS, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento – AR”, sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

CLÁUSULA TREZE: DAS TRANSFORMAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO DA ATA - Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, a presente Ata poderá ser mantida com o PRESTADOR DE SERVIÇOS, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

1) O PRESTADOR DE SERVIÇOS remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas

A large, stylized handwritten signature in black ink is written over the page. To its right, there is a small, circular stamp or mark, possibly a seal or a specific signature mark.

no edital ao qual está vinculada esta Ata, em especial as regularidades estabelecidas no item 1 da cláusula 12 (apresentação de certidões do FGTS e da Secretaria da Receita Federal do Brasil);

2) A empresa seja beneficiária da cessão ou transferência também em decorrência das hipóteses de transformação previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993; e

3) Não se verifique fraude à licitação.


CLÁUSULA QUATORZE: DA COMPATIBILIDADE – O PRESTADOR DE SERVIÇOS assume, no ato da assinatura deste instrumento, o compromisso de manter, durante toda a execução desta Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINZE: DO FORO – Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Campinas, 25 de agosto de 2011.


TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
EVANDRO LUIZ MICHELON
TRI


EAP ENGENHARIA LTDA.
FRANCISCO DE QUADROS
PRESTADOR DE SERVIÇOS


EAP ENGENHARIA LTDA.
ANGELO PALERMO DE CAMARGO
PRESTADOR DE SERVIÇOS

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 079/11

PROCESSO N.º 427-06.2011.5.15.0895 PA – PREGÃO ELETRÔNICO

PREÇO REGISTRADO E PRESTADOR DE SERVIÇOS

PRESTADOR DE SERVIÇOS: EAP Engenharia Ltda. – EPP

LOTE 01	Item	Discriminação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	01	Desentupimento de caixa de gordura em condição emergencial.	05 unidades	R\$ 93,74	R\$ 468,70
	02	Desentupimento de mictórios.	100 unidades	R\$ 46,33	R\$ 4.633,00
	03	Desentupimento de lavatórios de sanitários.	60 unidades	R\$ 46,33	R\$ 2.779,80
	04	Desentupimento de vasos sanitários.	100 unidades	R\$ 45,93	R\$ 4.593,00
	05	Desentupimento de ralos de sanitários e desincrustação retirando a borra que se forma nos mesmos, para evitar odor.	50 unidades	R\$ 44,31	R\$ 2.215,50
	06	Desentupimento de ralos de copa e desincrustação retirando a borra que se forma nos mesmos, para evitar odor.	50 unidades	R\$ 45,32	R\$ 2.266,00
	07	Desentupimento de ralos de mictórios e desincrustação retirando a borra que se forma nos mesmos, para evitar odor.	50 unidades	R\$ 45,32	R\$ 2.266,00
	08	Desentupimento de ralos (sala de máquinas) de ar-condicionado.	20 unidades	R\$ 46,33	R\$ 926,60
	09	Desentupimento de pias de copa.	20 unidades	R\$ 46,33	R\$ 926,60
	10	Desentupimento de caixa sifonada.	50 unidades	R\$ 46,33	R\$ 2.316,50
	11	Desentupimento de redes de pia de copa.	20 unidades	R\$ 46,33	R\$ 926,60
	12	Limpeza de ralos, mictórios, vasos sanitários, pias e lavatórios, e desincrustação retirando a borra que se forma nos mesmos, para evitar odor.	50 unidades	R\$ 38,27	R\$ 1.913,50
	13	Instalação de bolsa (para evitar odor) em vasos sanitários.	100 unidades	R\$ 32,22	R\$ 3.222,00
	14	Rejuntamento e fixação, com parafusos, de vasos sanitários.	100 unidades	R\$ 18,12	R\$ 1.812,00
	15	Desentupimentos de condutores de águas fluviais.	40 unidades	R\$ 51,37	R\$ 2.054,80
	16	Retirada de água em fossos coletores de água de solo freático, elevadores e outros reservatórios sujeitos a inundação.	100 unidades	R\$ 50,36	R\$ 5.036,00
	17	Trocas de duchas higiênicas quebradas.	30 unidades	R\$ 69,51	R\$ 2.085,30
	18	Desentupimento de tubulações de esgoto.	30 unidades	R\$ 55,42	R\$ 1.662,60
	19	Troca de reparo em válvula de vaso sanitário.	30 unidades	R\$ 63,48	R\$ 1.904,40

Diretoria Administrativa – Serviço de Compras

20	Troca de reparo em válvula ou registro de mictório.	30 unidades	R\$ 55,92	R\$ 1.677,60
21	Regulagem em válvula ou registro de vaso sanitário ou mictório.	50 unidades	R\$ 29,22	R\$ 1.461,00
22	Troca de vaso sanitário quebrado.	30 unidades	R\$ 88,86	R\$ 2.665,80
23	Troca de mictório quebrado.	30 unidades	R\$ 136,00	R\$ 4.080,00
24	Troca de ralo quebrado com reparos nas bordas para fixação do ralo.	20 unidades	R\$ 48,48	R\$ 969,60
25	Troca de válvula de mictórios e sanitários.	20 unidades	R\$ 94,31	R\$ 1.886,20
26	Afixação de lavatórios e pias com massa plástica.	20 unidades	R\$ 60,43	R\$ 1.208,60
27	Afixação de cubas de pia com massa plástica.	10 unidades	R\$ 51,35	R\$ 513,50
28	Vedação de lavatórios com vazamento com rejunte sica flex.	20 unidades	R\$ 44,31	R\$ 886,20
29	Substituição de sifão.	20 unidades	R\$ 37,26	R\$ 745,20
30	Troca de torneiras.	20 unidades	R\$ 59,52	R\$ 1.190,40
31	Troca de reparos de torneiras.	20 unidades	R\$ 22,14	R\$ 442,80
32	Vedação de vazamento em cubas de pias.	30 unidades	R\$ 39,28	R\$ 1.178,40
33	Abertura e reparos em alvenaria.	30 unidades	R\$ 122,41	R\$ 3.672,30
34	Abertura e reparos em forro e placas de gesso.	30 unidades	R\$ 145,09	R\$ 4.352,70
35	Substituição de cotovelo, união, luva de correr e outros componentes típicos.	30 unidades	R\$ 84,62	R\$ 2.538,60
36	Identificação de vazamentos em qualquer tubulação com reparos provisórios, avisando a Administração do Tribunal para reparo definitivo.	30 unidades	R\$ 100,74	R\$ 3.022,50
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 76.500,00				
Prazo de execução: máximo de 05 (cinco) dias , a contar do recebimento ou retirada da Nota de Empenho.				
Garantia dos serviços: prazo de, no mínimo, 90 (noventa) dias , a contar do recebimento definitivo por este Tribunal				
Locais de execução dos serviços: Edifícios-Sede Administrativo e Judiciário, Fórum Trabalhista de Campinas e Anexos.				
Validade da Ata: 24/08/2012.				

